

Estudo Técnico Preliminar 520/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: XX/2024

2. Descrição da necessidade

A contratação de empresa para confecção e instalação de persianas para diversos departamentos da Secretaria da Saúde, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para execução do serviço é essencial para proporcionar um ambiente adequado e agradável para os munícipes e servidores públicos e também evitar que os equipamentos e mobiliários venham a sofrer danos com a alta temperatura, principalmente as ocasionadas no verão.

Faz-se necessária a presente aquisição devido a necessidade de controlar a luminosidade solar e a sensação térmica das salas de enfermagem, consultórios, salas administrativa e demais dependências envidraçadas, uma vez que as persianas existentes já estão muito deterioradas pela ação do tempo.

A incidência de raios solares de alta intensidade provoca excesso de calor nas dependências das salas e, conseqüentemente, isso traz perturbação ao público usuário, além de danos nos mobiliários e equipamentos, de forma que se faz necessário o controle da luminosidade solar intensa e da sensação térmica.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO	EDINALDO ROSENDO DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Condições de Entrega

- O objeto a ser realizado seguirá as especificações definidas no Termo de Referência.
- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas sem prévia e expressa anuência da contratante.
- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste estudo preliminar e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, EDINALDO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-59CE> e informe o código 6A60-22B3-2BC0-59CE

5. Levantamento de Mercado

Conforme Lei 14133/2021, foram consultados os Sistemas Compras.Gov (Portal de Compras Governamentais) como preço de referência de mercado.

Para composição dos valores da contratação, os fornecedores contratados foram consultados formalmente, através do envio via e-mail, no qual foram estabelecidos critérios técnicos para aquisição do objeto, bem como regras quanto ao prazo de resposta, validade da proposta e todas as demais diretrizes legais para formação de preço.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação de empresa para confecção e instalação de persianas para diversos departamentos da Secretaria da Saúde, é essencial para proporcionar um ambiente adequado e agradável para os munícipes e servidores públicos e também evitar que os equipamentos e mobiliários venham a sofrer danos com a alta temperatura, garantindo o atendimento das necessidades dos pacientes e também da Secretaria da Saúde.

A incidência de raios solares de alta intensidade provoca excesso de calor nas dependências das salas e, consequentemente, isso traz perturbação ao público usuário, além de danos nos mobiliários e equipamentos, de forma que se faz necessário o controle da luminosidade solar intensa e da sensação térmica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

LOTE 1

ITEM	CÓDIGO	CATMAT	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	2.50.24.0527-5	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,48x1,20 metros cor cinza DVS	R\$ 396,67	R\$ 793,34
2	2.50.24.0528-3	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,00x1,10 metros cor cinza DVS	R\$ 681,67	R\$ 681,67
3	2.50.24.0529-1	25321	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,36x1,25 metros cor cinza DVS	R\$ 388,33	R\$ 1553,32
4	2.50.24.0530-5	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20 metros cor cinza DVS	R\$ 400,00	R\$ 800,00
5	2.50.24.0531-3	25321	6	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,45 metros cor cinza DVS	R\$ 671,67	R\$ 4030,02
6	2.50.24.0532-1	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,25 metros cor cinza DVS	R\$ 401,67	R\$ 803,34

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, EDINALDO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-59CE> e informe o código 6A60-22B3-2BC0-59CE



7	2.50.24.0533-0	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,35 metros cor cinza DVS	R\$ 416,67	R\$ 833,34
8	2.50.24.0534-8	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,50 metros cor cinza DVS	R\$ 668,33	R\$ 1336,66
9	2.50.24.0535-6	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,45x1,20 metros cor cinza DVS	R\$ 393,33	R\$ 786,66
10	2.50.24.0536-4	25321	5	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,40x1,35 metros cor cinza DVS	R\$ 411,67	R\$ 2058,35
11	2.50.24.0537-2	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x1,35 metros cor cinza DVS	R\$ 325,00	R\$ 325,00
12	2.50.24.0538-0	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,40x1,30 metros cor cinza DVS	R\$ 370,00	R\$ 370,00
13	2.50.24.0539-9	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,40x1,30 metros cor cinza DVS	R\$ 325,00	R\$ 325,00
14	2.50.24.0540-2	25321	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,47x1,45 metros cor cinza DVS	R\$ 669,17	2676,68
15	2.50.24.0541-0	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,40 metros cor cinza DVS	R\$ 1016,67	R\$ 1016,67
16	2.50.24.0542-9	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,30x1,40 metros cor cinza DVS	R\$ 990,00	R\$ 1980,00
17	2.50.24.0543-7	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana vertical PVC com galeria med. 2,20x1,20 metros cor cinza DVS	R\$ 916,67	R\$ 916,67
18	2.50.24.0544-5	25321	3	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,45x1,65 metros cor cinza DVS	R\$ 904,44	R\$ 2713,32
19	2.50.24.0545-3	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,89x1,89 metros cor cinza DVS	R\$ 1718,17	R\$ 3436,28

LOTE 2

ITEM	CÓDIGO	CATMAT	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	2.50.24.0546-1	25321	16	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 668,33	R\$ 10693,28

2	2.50.24.0547-0	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x0,80 metros cor cinza UPA	R\$ 325,00	R\$ 325,00
3	2.50.24.0548-8	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x0,80 metros cor cinza UPA	R\$ 325,00	R\$ 325,00
4	2.50.24.0549-6	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,75x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 813,33	R\$ 813,33
5	2.50.24.0550-0	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,90x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 676,67	R\$ 676,67
6	2.50.24.0551-8	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,30x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 371,67	R\$ 371,67
7	2.50.24.0552-6	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,05x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 703,33	R\$ 703,33
8	2.50.24.0553-4	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,10x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 711,67	R\$ 711,67
9	2.50.24.0554-2	25321	5	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 400,00	R\$ 2000,00
10	2.50.24.0555-0	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 325,00	R\$ 325,00
11	2.50.24.0556-9	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,10x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 340,00	R\$ 680,00
12	2.50.24.0557-7	25321	3	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,80x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 816,67	R\$ 2450,01
13	2.50.24.0558-5	25321	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 915,00	R\$ 1830,00
14	2.50.24.0559-3	25321	3	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,20x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 732,22	R\$ 2196,66
15	2.50.24.0560-7	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,80x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 978,33	R\$ 978,33
16	2.50.24.0561-5	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,02x1,20 metros cor cinza UPA	R\$ 326,67	R\$ 326,67

LOTE 3

ITEM	CÓDIGO	CATMAT	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	2.50.24.0562-3	25321	6	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,85x0,59 metros cor cinza UPAMI	R\$ 325,00	R\$ 1.950,0
2	2.50.24.0563-1	25321	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,00 metros cor cinza UPAMI	R\$ 376,67	R\$ 376,6
3	2.50.24.0565-8	25321	21	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20 metros cor cinza UPAMI	R\$ 356,67	R\$ 7490,0
4	2.50.24.0566-6	25321	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,60x1,00 metros cor cinza UPAMI	325	R\$ 1300,0

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 63.959,74

1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 63.959,74 (sessenta e três mil novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução do serviço será parcelada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verificam-se contratações correlatas nem interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Secretaria da Saúde ainda não produziu um Plano de Contratações Anual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, com a contratação de empresa especializada para confecção e instalação de persianas para diversos departamentos da Secretaria da Saúde, atender à demanda da Secretaria Saúde, dos pacientes e do município de Valinhos.

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, EDINALDO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-59CE> e informe o código 6A60-22B3-2BC0-59CE



13. Providências a serem Adotadas

Os elementos necessários ao atendimento à demanda estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se fez necessário observar a existência de possíveis impactos ambientais significativos, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se viável e imprescindível ao atendimento das demandas da Secretaria da Saúde.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA CAROLINA CASTRO COSTA MENEZES

Agente Administrativo II



Assinou eletronicamente em 25/09/2024 às 12:36:28.

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
227/2024	ANA CAROLINA CASTRO COSTA MENEZES	23/09/2024 14:11
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de empresa especializada em confecção e instalação de persianas em departamentos da SS - Parte 3		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Não disponibilidade orçamentária	Haver falta ou contingenciamento no orçamento determinado pela Administração Pública.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	1 - Não será possível a contratação. 2- As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas					
Ações Preventivas						
P-01	Buscar base no Planejamento Estratégico e Orçamentário da Unidade.			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Buscar remanejamento de valores previstos na disponibilidade orçamentária anual da Unidade Orçamentária (UO) Revisão da necessidade imediata dos itens demandados			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Licitação deserta ou fracassada	Falha na fase interna do processo licitatório ou grande variação de preços praticados pelo mercado	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	
Impactos						
1	1-Demora na aquisição do material. 2-As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar de forma adequada os valores dos materiais, de forma que seja economicamente viável o contrato ao (s) licitante (s).			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
P-02	1-Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado. Corrigir e atualizar a pesquisa de preços 2-Corrigir o instrumento convocatório e reabrir o prazo para envio de propostas			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	1 - Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado. Corrigir a pesquisa de preços. 2 - Corrigir o instrumento convocatório e reabrir o prazo para envio de propostas.			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Objeto entregue em desacordo com o especificado na requisição de compras /autorização de fornecimento	1 - Fiscalização ineficiente do objeto entregue pelo fiscal de contrato.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	1 -Haverá prejuízos às atividades da Unidade. 2 - Os materiais não atenderão todas as necessidades da Unidade					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
P-02	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz conforme as especificações do instrumento convocatório.			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	1 - Acionar a garantia contratual. 2 - Verificar a possibilidade de rescisão contratual. 3 - Caso haja infração por parte da contratada, abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		
C-02	1 - Notificar o fornecedor sobre a insuficiência na entrega do material. 2 -			Responsável: JOAO GABRIEL VIEIRA		

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, MARCELO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-6B3CE e informe o código 6A60-22B3-2BC0-6B3CE

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, MARCELO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-6B3CE e informe o código 6A60-22B3-2BC0-6B3CE

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, MARCELO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-1535



Comunicar ao Gestor do Contrato para que, se for o caso, seja aberto processo administrativo visando a sanção administrativa necessária. 3 - Abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

JOAO GABRIEL VIEIRA

Secretário da Saúde



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2024
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/COOP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16.341/2024

INTERESSADO: Secretaria de Saúde

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção e instalação de persianas, em departamentos da Secretaria de Saúde.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

FORMA DE REALIZAÇÃO: Eletrônica

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/12/2024 às 09h00.

DATA/HORA PARA A VISITA TÉCNICA FACULTATIVA: a partir do dia **11/11/2024 até o dia 29/11/24**, no horário das 8:00 às 15:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados ou ponto facultativos, mediante agendamento prévio com a Secretaria de Saúde, junto ao servidor Cesar A. Randi, Coordenador da Divisão de Gerenciamento e Manutenção, através do telefone (19) 99661-7826.

LOCAL DA DISPUTA: endereço eletrônico www.gov.br/compras.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e Decreto Municipal nº 11.944, de 9 de janeiro de 2024 (https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/leis_decretos/13366/) e posteriores alterações.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS**, CNPJ: 45.787.678/0001-02, por intermédio da Secretaria de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na **modalidade Pregão**, de acordo com o disposto neste edital.

Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar; Matriz de Gerenciamento de Riscos;
- Anexo II – Locais de instalação;
- Anexo III – Modelo de Proposta;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Responsabilidade/ Vistoria Técnica;
- Anexo V – Modelo de Termo de Ciência e de Notificação;
- Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato.



Todos os elementos deste edital serão divulgados em sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/secretarias/11/secretaria-de-licitacoes/>) na mesma data de sua divulgação, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

Havendo divergência entre a especificação do sistema e a do edital, prevalecerá a do edital.



1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação/pregoeiro responsável, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema do Governo Federal denominado “Compras” (Compras.gov.br), observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais>.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação destina-se ao objeto indicado no preâmbulo deste edital, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Anexo I.

2.2. Locais e condições de entrega são os descritos no Anexo I.

3. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através da plataforma 1Doc – Protocolo Digital de Documentos, <https://valinhos.1doc.com.br/atendimento>, Assunto: Impugnação de Edital devidamente endereçadas ao Agente de Contratação/Pregoeiro, as quais serão respondidas dentro do prazo legal.

3.1.1. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa;

3.1.2. A petição será dirigida às autoridades subscritoras deste edital;

3.1.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial



(<https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/secretarias/11/secretaria-de-licitacoes/>) e disponibilizada no portal eletrônico www.gov.br/compras, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

3.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, que se enquadrem como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, ou Cooperativa de Consumo (COOP) a elas equiparada nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, previamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>) e credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico “Compras”.

5.2. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução dos serviços, direta ou indiretamente:

5.2.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal (sob pena de incidir no crime previsto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal) e impedimento ou suspensão de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Valinhos;

5.2.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Valinhos ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.3. controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.2.4. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.5. pessoa jurídica com falência decretada;

5.2.6. pessoas jurídicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organizações Sociais – OS.

5.2.7. pessoas jurídicas que não se enquadrem como ME ou EPP ou COOP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.3. Será permitida a participação de consórcio nesta licitação, composto por, no máximo, 02 (duas) empresas, e observados os requisitos que se seguem:

5.3.1. O consórcio deverá apresentar comprovação do compromisso de sua constituição, público ou particular, subscrito pelas empresas consorciadas no caso de instrumento particular, do qual deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes itens:

5.3.1.1. Denominação do consórcio;

5.3.1.2. Composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;

5.3.1.3. Atribuições técnico-operacionais de cada empresa integrante do consórcio;

5.3.1.4. Objetivo do consórcio;

5.3.1.5. Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Município,



à qual deverá ser conferido poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os demais atos pertinentes ao certame, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

5.3.1.6. Vigência do compromisso de consórcio, que deverá se estender até o prazo de validade da proposta;

5.3.1.7. Declaração de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio;

5.3.1.8. Declaração de compromissos e obrigações de cada uma das empresas consorciadas em relação ao objeto da licitação, em especial e expressamente de que:

5.3.1.8.1. O consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou de qualquer forma modificada sem a prévia anuência do Município de Valinhos.

5.3.2. A licitante vencedora fica obrigada a promover o registro do consórcio antes da assinatura do contrato, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação, bem como o arquivamento do instrumento de sua constituição.

5.3.2.1. A vigência do consórcio deverá coincidir com a do contrato.

5.3.3. Na hipótese do consórcio formado por empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil e empresas brasileiras, caberá a liderança à empresa brasileira.

5.4. Cada uma das empresas, individualmente ou em consórcio, só poderá participar do certame com uma única proposta. Verificando-se a apresentação de mais de uma proposta pela mesma empresa ou por consórcio de empresas, as proponentes envolvidas serão excluídas do certame.

5.5. O impedimento do subitem **5.2.1** alcança a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.6. As hipóteses de vedação à participação de que tratam os subitens **5.2** e **5.3**, quando constatadas em qualquer fase do certame, ensejarão a inabilitação da licitante.



6. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO "COMPRAS"

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da licitação deverão ser credenciados previamente perante o sistema "Compras". O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha de acesso. A senha é de responsabilidade da pessoa física credenciada que representa a licitante, sendo, portanto, pessoal e intransferível, devendo ser mantida sob sigilo absoluto.

6.1.1. O sistema "Compras" pode ser acessado através do endereço eletrônico www.gov.br/compras;

6.1.2. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na licitação, em sua forma eletrônica;

6.1.3. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para o registro no SICAF, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

6.2. O registro no SICAF, o credenciamento do representante que atuará em nome da licitante no sistema eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública.

6.2.1. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada licitação.

6.3. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Valinhos responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.



7. ACESSO AO SISTEMA

7.1. A participação na licitação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.gov.br/compras, opção "Acesso ao Sistema".

7.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital.

7.3. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Valinhos por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Após a divulgação deste edital, as licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.1.1. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

8.2. Como requisito para a apresentação da proposta, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

8.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

8.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;



8.2.3. ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos e concordância com suas condições;

8.2.4. que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

8.2.5. que inexistente impedimento a sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Município;

8.2.6. ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;

8.2.7. que observa os incisos III e IV do art. 1º e que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.2.8. que cumpre a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e

8.2.9. que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

8.3. As ME, EPP e COOP deverão declarar, em campo próprio do sistema, que não ultrapassam o limite de faturamento e que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como que não tenham, no ano-calendário de realização da licitação, celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

8.4. A falsidade das declarações de que tratam os subitens **8.2** e **8.3** sujeitará a licitante às sanções previstas no subitem **17.1** deste edital.

9. CONTEÚDO DA PROPOSTA

PROPOSTA ELETRÔNICA

9.1. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:



9.1.1. informar o **PREÇO DO LOTE**, para o qual(is) pretende concorrer.

9.1.1.1. O(s) preço(s) deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

9.1.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

9.2. No momento do cadastramento da proposta eletrônica, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

9.2.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

9.2.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem **9.2.1**;

9.2.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

9.2.4. o valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para a Administração, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

PROPOSTA ESCRITA

9.3. A licitante provisoriamente vencedora deverá enviar sua proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação no prazo previsto no subitem **10.15**, nos moldes do Anexo III, contendo o seguinte:



9.3.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do lote (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

9.3.2. Dados bancários, contendo o número do banco, número da agência, nome da agência e número da conta corrente, com dígito verificador.

9.4. No caso de a proposta escrita apresentar erro na multiplicação do quantitativo pelo preço unitário apresentado, prevalecerá o preço unitário, e o cálculo será refeito pelo agente de contratação/pregoeiro para fins de julgamento.

9.5. A apresentação da proposta implica a aceitação pela licitante:

9.5.1. do prazo de validade da proposta/lance especificado no Anexo III. Decorrido esse prazo, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;

9.5.2. do prazo de pagamento indicado no em edital, contado da data do aceite da Nota Fiscal;

9.5.3. do prazo de execução, estipulado no Anexo I;

9.5.4. de sua responsabilidade, se vencedora do certame, pelo carregamento e transporte dos materiais/produtos/equipamentos, bem como pelo seu descarregamento no local de entrega especificado no Anexo I;

9.5.5. da observância das disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento da execução, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória. Tratando-se de confidencialidade, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá seguir as regras do CONTROLADOR, tomar medidas para proteger os dados pessoais quanto a divulgação, acessos não autorizados, destruição ou danos. Como corresponsável, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá comunicar imediatamente qualquer violação de segurança, que será alvo de processo de mitigação de falhas, procedimento de análise de impactos e até notificação a ANPD.

9.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e esta Municipalidade não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.



9.7. O Município reserva-se o direito de realizar diligências para os esclarecimentos que se fizerem necessários para o julgamento.

10. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

10.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital e no sistema eletrônico, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema, com a divulgação das propostas de preços recebidas para o(s) lote(s) correspondente(s), disputados sucessivamente ou de forma simultânea.

10.1.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada;

10.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagens do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) às licitantes, vedada outra forma de comunicação.

10.2. Iniciada a fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas as condições estabelecidas.

10.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será aquele estabelecido no sistema "Compras".

10.3. A cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada de seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.4. Os lances ofertados serão no **PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

10.5. A licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.5.1. A licitante poderá encaminhar lances intermediários com valores iguais ou superiores ao menor já ofertado;



10.5.2. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

10.5.3. O agente de contratação/pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema;

10.5.4. Eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata o subitem **10.5.3**, implica a sua retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa no momento oportuno.

10.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a sua identificação.

10.7. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

10.7.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem **10.7**, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

10.7.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens **10.7** e **10.7.1**, a sessão pública será encerrada automaticamente;

10.7.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

10.7.4. Havendo o reinício da disputa aberta, de que trata o subitem **10.7.3**, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários;

10.7.5. Definitivamente encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

10.8. Na hipótese do sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



10.9. Caso a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação/pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

10.10.1. Disputa final, em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.10.2. Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas no art. 88, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.10.3. Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

10.10.4. Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

10.10.4.1. Programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional, nos termos do Decreto Federal nº 11.129/2022 (art. 56), que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/2013

10.10.5. Os critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.10.5.1. empresas estabelecidas no Estado de São Paulo;

10.10.5.2. empresas brasileiras;



10.10.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.10.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação às mudanças climáticas, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009 (Lei que trata de Desenvolvimento Sustentável, e que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC).

10.11. Em caso de propostas iniciais empatadas, sem que tenha havido lances na etapa competitiva, serão utilizados os critérios de desempate definidos nos subitens **10.10**.

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema informará a proposta de menor preço e o agente de contratação/pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar para o lote, quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto no subitem **10.12.5**, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

10.12.1. Definida a ordem de classificação, o agente de contratação/pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada;

10.12.2. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada por sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

10.12.3. A negociação será realizada por meio do sistema e terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

10.12.4. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas;

10.12.5. Constituem indício de inexecuibilidade das propostas/lances valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.12.5.1. Em relação a lances com indício de inexecuibilidade o sistema gera alertas quando: (I) o lance estiver abaixo de 50% do valor estimado; e (II) o lance estiver abaixo de 50% do último lance ofertado pelo fornecedor;



10.12.5.2. Nas hipóteses do subitem **10.12.5.1** o sistema emite alerta para que o fornecedor possa confirmar o lance caso tenha certeza do valor ofertado e que poderá cumprir com todas as obrigações contratuais ou cancelar o lance e corrigir o valor.

10.13. A licitante provisoriamente vencedora deverá enviar a proposta escrita, conforme indicado no subitem **9.3**, e, se necessário, os documentos complementares solicitados em edital, por meio do sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo agente de contratação/pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

10.13.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

10.14. Se as propostas ou os lances de menores valores não forem aceitáveis, posteriormente à negociação, ou se as licitantes desatenderem às exigências habilitatórias, mesmo após esgotadas as possibilidades de saneamento da documentação e da proposta, o agente de contratação/pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, exclusivamente por meio do sistema, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Nesta hipótese, o agente de contratação/pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.14.1. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos nos subitens **10.10**.

10.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de proposta e/ou documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO DO LOTE**, observadas as condições definidas neste edital.

11.2. Serão **DESCCLASSIFICADOS** os lances e as propostas:

11.2.1. que contiverem vícios insanáveis;



11.2.2. que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

11.2.3. que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

11.2.4. que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

11.2.5. que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

11.2.6. das licitantes que não responderem às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

11.3. Serão **DESCLASSIFICADOS** os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas finais que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores ao(s) valor(es) máximo(s) aceitável(eis) para o lote pelo Município, constante(s) do Anexo I deste edital.

11.4. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada por lote.

11.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

11.6. O agente de contratação/pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o agente de contratação/pregoeiro verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do **Item 12.**

12. HABILITAÇÃO

12.1. Para habilitação neste certame, fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da



licitação, as licitantes deverão apresentar os documentos e cumprir os requisitos elencados no **Item 12** deste edital.

12.1.1. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data da apresentação da proposta escrita.

12.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por lote de habilitação, de modo a facilitar sua análise, **no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período.**

12.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

12.3.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, quando solicitada, poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a data fixada para apresentação da proposta eletrônica, exceto em relação aos subitens **12.14.1** e **12.14.2.**

12.5. A licitante deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende executar os serviços. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, como a prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

12.5.1. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos ou por outro meio eletrônico idôneo;



12.5.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Agente de Contratação até a conclusão da fase de habilitação.

12.6. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

12.6.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, por moratória, ou pelo depósito de seu montante integral, ou pelas reclamações e pelos recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou pela concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, ou pelo parcelamento.

12.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

12.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas;

12.7.3. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

12.7.4. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o agente de contratação/pregoeiro poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo;

12.7.5. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou



sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

12.8. O agente de contratação/pregoeiro poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

12.9. Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativas de Consumo (COOP), participando do certame nesta condição, deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

12.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para regularização dos documentos;

12.9.2. A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no subitem **14.3** deste edital.

12.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem **12.7**.

12.11. Constituem motivos para **INABILITAÇÃO** da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem **12.7**:

12.11.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

12.11.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

12.11.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

12.11.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;



12.11.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

12.11.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

12.11.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

12.12. Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade da licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ela limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos seguintes termos:

12.12.1. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, conforme indicado em edital;

12.12.2. Para Empresa Individual: Registro Comercial;

12.12.3. Para Sociedades Empresárias em geral: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação;

12.12.4. Para Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação;

12.12.5. Para Sociedades Empresárias Estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



12.12.6. Para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP): ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado de um dos seguintes documentos ou qualquer outra forma admitida pelo ordenamento jurídico vigente que possibilite a comprovação do enquadramento das licitantes como ME ou EPP:

12.12.6.1. Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerçam atividade comercial;

12.12.6.2. Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área que não a comercial.

12.12.6.3. Não farão jus ao tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, as ME e EPP:

- enquadradas nas hipóteses previstas no art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- cuja receita bruta anual do ano-calendário anterior tenha excedido o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP), e/ou
- cuja receita bruta do ano-calendário da licitação tenha excedido em 20% ou mais o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP);
- para os itens da licitação cujo valor estimado seja superior ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP).

12.12.7. Para Cooperativas de Consumo (COOP): ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado do seguinte documento para aferição da equiparação às ME e EPP, nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

12.12.7.1. Demonstração de Resultados de Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional.



12.12.8. As licitantes que se utilizarem indevidamente de qualquer benefício da Lei Complementar nº 123/2006, estarão sujeitas à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

12.13. Qualificação Técnica

12.13.1. Atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da **LICITANTE** que comprove sua capacidade operacional e desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

12.14. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

12.14.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual;

12.14.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

12.14.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão Negativa expedida pelo órgão competente.

12.14.4.1. O documento hábil para comprovação da regularidade para com a Fazenda Estadual, quando a licitante for Contribuinte do Estado de São Paulo, é a Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa.

12.14.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos referentes a Tributos Mobiliários), expedida pelo órgão competente;



12.14.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

12.14.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

12.14.8. Declaração, assinada por representante legal da licitante, de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

12.14.9. Declaração, assinada por representante legal da licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

12.14.10. Os documentos referidos nos subitens **12.14.1** a **12.14.8** poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade da licitante, inclusive por meio eletrônico.

12.15. Habilitação Econômico-Financeira

De forma a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações, as licitantes deverão apresentar:

12.15.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica;

12.15.2. Será admitida a participação de licitante em recuperação judicial¹, desde que acompanhada de seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste edital;

¹ **Súmula 50 TCESP:** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.



12.15.2.1. O Município de Valinhos poderá requisitar diligências para que sejam trazidas e atualizadas informações do Poder Judiciário quanto ao cumprimento do plano de recuperação judicial deferido.

12.16. Declarações

12.16.1. Deverão as licitantes apresentar uma via devidamente assinada do Atestado de Visita Técnica, Anexo IV – Modelo de Declaração de Responsabilidade / Vistoria Técnica.

13. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.1.1.1. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

13.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal, através do sistema, ou de divulgação da interposição do recurso, por qualquer meio.

13.1.3. A apreciação dar-se-á em fase única.

13.2. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

13.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes ~~não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.~~



13.5. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o agente de contratação/pregoeiro encaminhará o processo licitatório à autoridade superior, que poderá:

13.5.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.5.2. revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

13.5.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

13.5.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.6. A homologação desta licitação não obriga a Administração à contratação do objeto licitado.

14. CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.1.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Valinhos;

14.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.



14.2.1. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

14.2.1.1. convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;

14.2.1.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.3. O contrato a ser firmado terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, nos moldes das disposições constante no Capítulo V da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

15.1. Na realização do objeto desta licitação serão observadas as condições previstas em edital e no Anexo I, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

16.1. A LICITANTE VENCEDORA emitirá a Nota Fiscal/Fatura referente ao Fornecimento de Bens e Serviços **MEDIANTE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**.

16.1.1. O envio das Notas Fiscais/Recibos pelos fornecedores será efetuado através do link: <https://valinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=14727> e redirecionado para a Secretaria de Saúde.

16.2. Verificada qualquer irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura, a **Secretaria de Saúde** fará sua devolução ou solicitará Carta de Correção, ficando o prazo de pagamento prorrogado proporcionalmente a sua regularização, sem qualquer custo adicional à **PREFEITURA**.

16.3. Deverão estar contidos nos preços: tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos sociais e trabalhistas, despesas de transporte, locomoção, fretes, seguro, pedágio e demais despesas necessárias.



16.4. A Secretaria da Fazenda da **PREFEITURA** efetuará o pagamento à **LICITANTE VENCEDORA** em **28 (vinte e oito) dias** contados da data de recebimento da Nota Fiscal/Fatura, desde que devidamente atestada pela **Secretaria de Saúde** e emitida regularmente nos termos do item 1.

16.5. Coincidindo o vencimento das Notas Fiscais/Fatura com sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo e em dias que não houver expediente na **PREFEITURA**, será o seu vencimento transferido para o primeiro dia útil, sem quaisquer ônus para a mesma.

16.6. Em ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à **LICITANTE VENCEDORA**, aplicar-se-á o índice do IPCA/IBGE, "por rata die", a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

16.6.1. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à **LICITANTE VENCEDORA**, esta fará jus a juros moratórios de 0,1667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ano.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Serão aplicadas à licitante responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

17.1.1. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor da execução e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

17.1.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.1.3. não celebrar a prestação de serviços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.1.5. fraudar a licitação;



17.1.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a licitações:

- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d)** fraudar licitação pública;
- e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública;
- f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g)** manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

17.1.2. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Valinhos, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

17.1.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.2.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



17.1.1.3. não celebrar a prestação de serviços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

17.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.3.2. fraudar a licitação;

17.1.3.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.3.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a licitações:

- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d)** fraudar licitação pública;
- e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública;
- f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização



em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

17.1.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.1.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.1.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.1.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.1.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.1.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.4. É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

17.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

17.4.2. pagamento da multa;



17.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

17.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

17.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem **17.4.**

17.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da licitante, adicionalmente ao subitem **17.4**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.7. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

17.8. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.8.1. O recurso de que trata o subitem **17.8** será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.9. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

18.1. A **PREFEITURA**, por meio da Secretaria de Saúde efetuará a fiscalização e a gestão do objeto licitatório a qualquer instante, solicitando à **LICITANTE VENCEDORA**, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar a



PREFEITURA quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento da execução ou o resultado final do fornecimento.

18.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

18.3. A **LICITANTE VENCEDORA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **PREFEITURA**.

19. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

19.1. Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto ora licitado.

20. VISTORIA TÉCNICA

20.1. Estará franqueada aos interessados a vistoria ao local onde serão realizados os serviços, para que, aqueles que assim o desejarem, tomem ciência das condições inerentes aos serviços.

20.1.1. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento **a partir do dia 11/11/2024 até o dia 29/11/24**, com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência, junto ao servidor Cesar A. Randi, Coordenador da Divisão de Gerenciamento e Manutenção, através do telefone (19) 99661-7826, no horário das 8:00 às 15:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados ou ponto facultativos.

20.1.2. A visita poderá ser realizada das 8:00 às 15:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados ou ponto facultativos.

20.2. É recomendável vistoria ao local pelas licitantes para que conheçam as condições, inclusive procedendo à análise de todos os detalhes, tomando ciência das características dos locais onde serão realizadas, assim como eventuais dificuldades para a instalação, execução dos serviços e demais informações necessárias à elaboração da proposta, para que possam dimensionar e certificar-se dos serviços que serão executados.



20.3. As licitantes que optarem por realizar visita técnica, deverão apresentar o Atestado de Vistoria Técnica, assumindo, incondicionalmente, a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, conforme modelo constante no Anexo IV – Modelo de Atestado de Visita Técnica/Declaração de Responsabilidade.

20.4. As licitantes poderão declinar da vistoria, devendo, neste caso, apresentar declaração assumindo, incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas neste edital, conforme modelo constante no Anexo IV – Modelo de Atestado de Visita Técnica/Declaração de Responsabilidade.

20.5. Não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos na realização dos serviços aqui discriminados, ou mesmo gerar atrasos na execução das etapas dos trabalhos, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes desses fatos, sendo necessária declaração das licitantes de que conhecem as condições locais para a execução do objeto.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas a serem realizadas com a execução do objeto derivado desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária classificada sob nº 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente, 10.304.0301.2.258 Gestão dos Serviços de Saúde – Vigilância e nº 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente, 10.302.0301.2.256 Gestão dos Serviços de Saúde – Assist.

21.2. Vínculo nº 91.320.0000 – Taxas/Vig. Sanitária e nº 95.310.0000 Saúde – Geral.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. No processo licitatório, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou assinatura eletrônica avançada do tipo GOV.BR, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.063/2020.

22.2. Fica assegurado ao Município de Valinhos, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por motivo de conveniência e oportunidade, razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou proceder à sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.



22.2.1. Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

22.3. As licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o agente de contratação/pregoeiro comunicará a nova data da sessão de disputa através do sistema "Compras" (www.gov.br/compras).

22.5. No interesse do Município de Valinhos, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, esta licitação poderá ter a sua abertura adiada ou o edital alterado.

22.6. Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

22.6.1. Considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou, a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios;

22.6.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

22.7 A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e todas as demais normas regulamentadoras aplicáveis à proteção de dados pessoais deverão ser cumpridas, rigorosamente, pela **LICITANTE VENCEDORA**. Tratando-se de confidencialidade, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá seguir as regras do CONTROLADOR, tomar medidas para proteger os dados pessoais quanto a divulgação, acessos não autorizados, destruição ou danos. Como corresponsável, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá comunicar imediatamente qualquer violação de segurança, que será alvo de processo de mitigação de falhas, procedimento de análise de impactos e até a notificação a ANPD.

22.8. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e no Decreto Municipal nº 11.944/2024, e respectivas alterações.



22.9. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste edital.

22.10. A **CONTRATADA** deverá cumprir a legislação de saúde e segurança do trabalho, especialmente nos seguintes aspectos, sob pena de rescisão contratual ou retenção dos valores:

- a) Realização dos treinamentos exigidos pela legislação, inclusive treinamentos específicos previstos pelas NRs, quando for o caso, em especial em obras e trabalho em altura ou perigoso;
- b) Existência e atuação efetiva da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ou do designado, nos termos da NR-5;
- c) Existência e implementação dos programas fundamentais relacionados à saúde e segurança no trabalho, especialmente PPRA e PCMSO;
- d) Uso dos equipamentos de proteção necessários para o desempenho do serviço contratado.

22.11. Fica declarado competente o foro da Comarca de Valinhos, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste edital, não resolvidas administrativamente.

Valinhos, 07 de novembro de 2024.

MARCELO SILVA SOUZA

Secretário de Licitações

JOÃO GABRIEL VIEIRA

Secretário de Saúde



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de persianas, para diversos departamentos da Secretaria de Saúde, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para execução do serviço.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

LOTE 01			
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE/ UNIDADE
01	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,48x1,20 metros cor cinza DVS	2 SV
02	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,00x1,10 metros cor cinza DVS	1 SV
03	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,36x1,25 metros cor cinza DVS	4 SV
04	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20 metros cor cinza DVS	2 SV
05	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,45 metros cor cinza DVS	6 SV
06	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,25 metros cor cinza DVS	2 SV
07	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,35 metros cor cinza DVS	2 SV
08	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,50 metros cor cinza DVS	2 SV
09	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,45x1,20 metros cor cinza DVS	2 SV
10	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,40x1,35 metros cor cinza DVS	5 SV
11	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x1,35 metros cor cinza DVS	1 SV
12	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1.40x1,30 metros cor cinza DVS	1 SV
13	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0.40x1,30 metros cor cinza DVS	1 SV
14	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,47x1,45 metros cor cinza DVS	4 SV

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, EDINALDO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-59CE> e informe o código 6A60-22B3-2BC0-59CE



15	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,40 metros cor cinza DVS	1 SV
16	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,30x1,40 metros cor cinza DVS	2 SV
17	25321	Confecção e instalação de persiana vertical PVC com galeria med. 2,20x1,20 metros cor cinza DVS	1 SV
18	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,45x1,65 metros cor cinza DVS	3 SV
19	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,89x1,89 metros cor cinza DVS	2 SV

LOTE 02			
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE/ UNIDADE
01	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20 metros cor cinza UPA	16 SV
02	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x0,80 metros cor cinza UPA	1 SV
03	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x0,80 metros cor cinza UPA	1 SV
04	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,75x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV
05	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,90x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV
06	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,30x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV
07	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,05x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV
08	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,10x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV
09	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20 metros cor cinza UPA	5 SV
10	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV
11	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,10x1,20 metros cor cinza UPA	2 SV
12	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,80x1,20 metros cor cinza UPA	3 SV
13	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,20 metros cor cinza UPA	2 SV
14	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,20x1,20 metros cor cinza UPA	3 SV
15	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,80x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV



16	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,02x1,20 metros cor cinza UPA	1 SV
----	-------	---	------

LOTE 03			
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE / UNIDADE
01	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,85x0,59 metros cor cinza UPAMI	6 SV
02	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,00 metros cor cinza UPAMI	1 SV
03	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20 metros cor cinza UPAMI	21 SV
04	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,60x1,00 metros cor cinza UPAMI	4 SV

OBS: No caso de divergência entre a descrição deste Anexo e a do Sistema "Compras", prevalecerá a disposta neste Anexo.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de empresa para confecção e instalação de persianas para diversos departamentos da Secretaria da Saúde, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para execução do serviço é essencial para proporcionar um ambiente adequado e agradável para os munícipes e servidores públicos e também evitar que os equipamentos e mobiliários venham a sofrer danos com a alta temperatura, principalmente as ocasionadas no verão.

3.2. Faz-se necessária a presente aquisição devido a necessidade de controlar a luminosidade solar e a sensação térmica das salas de enfermagem, consultórios, salas administrativas e demais dependências envidraçadas, uma vez que as persianas existentes já estão muito deterioradas pela ação do tempo.

3.3. A incidência de raios solares de alta intensidade provoca excesso de calor nas dependências das salas e, conseqüentemente, isso traz perturbação ao público usuário, além de danos nos mobiliários e equipamentos, de forma que se faz necessário o controle da luminosidade solar intensa e da sensação térmica.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO



4.1. O prazo para a execução do serviço é de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço, e seu início deverá ser agendado diretamente através do telefone de cada um dos locais de instalação, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor.

4.1.1. Locais de instalação: Anexo II.

4.1.2. Agendamento:

VIGILÂNCIA SANITÁRIA / CEDIC / CTA / UBS VILA SANTANA - tel: 3829-5686 - Avenida Brasil, nº 144 – Vila Santana;
CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES (CCZ) - tel: 3829-1252, Contato Elaine - Rua Luiz Bissoto, nº 555 – Bom Retiro;
UPA 24 HORAS - tel: 3849-6186 / 3849-5956 / 3849-3753, Supervisora Paula - Av. Gessy Lever, nº 550 – Bairro Lenheiro;
UPA PEDIÁTRICO, GINECOLÓGICO E OBSTÉTRICO - tel: 3869-1422, Contato Lucia - Rua Bahia, nº 01 – Jardim Santana.

4.1.3. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa **CONTRATADA** deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.2. Os itens deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão de ateste de recebimento e conformidade emitido pela fiscalização de entrega dos objetos, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

4.3. A **CONTRATADA** deverá oferecer suporte conforme garantia, para todos os componentes dos itens, com prazo de atendimento de até 8 (oito) horas para solução do problema, contados a partir da abertura do chamado de assistência técnica.

5. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

5.1. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço realizado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.2. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste termo.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



6.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos, no local indicado pela **PREFEITURA**;

6.2. Arcar com eventuais prejuízos causados à **PREFEITURA** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.

6.3. Responder por quaisquer débitos relativos aos seus empregados ou subordinados na realização dos serviços.

6.4. Arcar com todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão e a fiscalização do cumprimento do contrato serão exercidas pelo Gestor da **Secretaria de Saúde**, ou servidor expressamente designado que atuará como gestor de contratos, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

7.2. A **PREFEITURA** terá 05 (cinco) dias úteis para verificar se os itens entregues estão em acordo com as especificações deste termo de referência.

7.2.1. Se verificado defeitos ou qualquer inconsistência em relação aos produtos entregues e as especificações do termo a **CONTRATADA** terá até 05 (cinco) dias úteis para realizar a troca dos objetos, contados a partir da data de comunicação formal da **PREFEITURA**.

8. PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. A **CONTRATADA** emitirá a Nota Fiscal/Fatura referente ao Fornecimento de Bens e Serviços **MEDIANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**.

8.1.1. O envio das Notas Fiscais/Recibos pelos fornecedores será efetuado através do link: <https://valinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=14727> e redirecionado para a Secretaria responsável, solicitante do feito.



8.2. Verificada qualquer irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura, a **Secretaria de Saúde** fará sua devolução ou solicitará Carta de Correção, ficando o prazo de pagamento prorrogado proporcionalmente a sua regularização, sem qualquer custo adicional à **PREFEITURA**.

8.3. Deverão estar contidos nos preços: tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos sociais e trabalhistas, despesas de transporte, locomoção, fretes, seguro, pedágio e demais despesas necessárias.

8.4. A Secretaria da Fazenda da **PREFEITURA** efetuará o pagamento à **CONTRATADA** em **28 (vinte e oito) dias** contados da data de recebimento da Nota Fiscal/Fatura, desde que devidamente atestada pela **Secretaria de Saúde** e emitida regularmente nos termos do item 1.

8.5. Coincidindo o vencimento das Notas Fiscais/Fatura com sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo e em dias que não houver expediente na **PREFEITURA**, será o seu vencimento transferido para o primeiro dia útil, sem quaisquer ônus para a mesma.

8.6. Em ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, aplicar-se-á o índice do IPCA/IBGE, "por rata die", a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.6.1. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à **CONTRATADA**, esta fará jus a juros moratórios de 0,1667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ano.

Valinhos, 07 de novembro de 2024.

JOÃO GABRIEL VIEIRA

Secretário de Saúde

EDINALDO ROSENDO DA SILVA

Diretor do Departamento de Manutenção



ANEXO II – LOCAIS DE INSTALAÇÃO

LOTE I

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,48x1,20metros cor cinza DVS – VISA Sala de Reunião
2	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,00x1,10metros cor cinza DVS – VISA Sala de Apoio
3	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,36x1,25metros cor cinza DVS – VISA Salas de Arquivo 1 e 2
4	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20metros cor cinza DVS Expediente
5	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,45metros cor cinza DVS Sala Zoonoses
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,45metros cor cinza DVS Corredor Escadas CETS
6	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,25metros cor cinza DVS Recepção CEDIC
7	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,35metros cor cinza DVS Sala Coordenação - CEDIC
8	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,50metros cor cinza DVS Sala Assistência Social - CEDIC
9	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,45x1,20metros cor cinza DVS Sala Vacina – Vigilância Epidemiológica
10	5	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,40x1,35metros cor cinza DVS Sala Coleta Material – CEDIC e Vigilância Epidemiológica
11	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x1,35metros cor cinza DVS Sala Coleta Material - CEDIC
12	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1.40x1,30metros cor cinza DVS Sala Medicação - CEDIC
13	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0.40x1,30metros cor cinza DVS Sala Medicação - CEDIC
14	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,47x1,45metros cor cinza DVS Consultórios 1 e 2 - CEDIC
15	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,40metros cor cinza DVS Sala de Apoio - CETS
16	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,30x1,40metros cor cinza DVS Auditório - CETS



17	1	SV	Confecção e instalação de persiana vertical PVC com galeria med. 2,20x1,20metros cor cinza CCZ – Recepção Zoonoses
18	3	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,45x1,65 metros cor cinza DVS Vetor – Salas de Apoio
19	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,89x1,89 metros cor cinza DVS Vetor – Salas de Apoio

LOTE II

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Consultório 1
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Consultório 2
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Consultório 3
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Consultório 4
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Sala de Espera médica 1
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Sala de Espera médica 2
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Triagem 1
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Triagem 2
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Recepção
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Sala Setor Faturamento
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Isolamento 1
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Isolamento 2
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20metros cor cinza UPA Farmácia
2	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x0,80metros cor cinza UPA Triagem 3
3	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x0,80metros cor cinza UPA



			Triagem 3
4	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,75x1,20metros cor cinza UPA Medicação 1
5	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,90x1,20metros cor cinza UPA Consultório 6
6	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,30x1,20metros cor cinza UPA Sala Eletrocardiograma
7	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,05x1,20metros cor cinza UPA Consultório Ortopedia
8	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,10x1,20metros cor cinza UPA Sala Gesso
9	5	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20metros cor cinza UPA
10	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x1,20metros cor cinza UPA Assistente Social
11	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,10x1,20metros cor cinza UPA Sala de Descompressão
12	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,80x1,20metros cor cinza UPA Sala da Direção
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,80x1,20metros cor cinza UPA Amarela Ilha Enfermagem
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,80x1,20metros cor cinza UPA Farmácia Fundos
13	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,20metros cor cinza UPA Conforto Funcionário
	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,20metros cor cinza UPA Same
14	3	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,20x1,20metros cor cinza UPA Amarela Leitos
15	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,80x1,20metros cor cinza UPA Amarela Leito Masculino
16	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,02x1,20metros cor cinza UPA Farmácia Controlado

LOTE III

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	3	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,85x0,59metros cor cinza UPAMI Consultório Pediatria 1



	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,85x0,59metros cor cinza UPAMI Consultório Pediatria 2
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,85x0,59metros cor cinza UPAMI Sala Espera
2	1	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,00metros cor cinza UPAMI Consultório Pediatria 2
3	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Consultório Pediatria 3
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Farmácia
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Raio X
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Conforto Funcionário
	3	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Observação Pediatria
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Medicação
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Sala Setor Administrativo
	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Sala Emergência
	2	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,20x1,20metros cor cinza UPAMI Consultório G.O
4	4	SV	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,60x1,00metros cor cinza UPAMI Observação G.O



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16.341/2024

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 139/2024

INTERESSADO: Secretaria de Saúde

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção e instalação de persianas, em departamentos da Secretaria de Saúde.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote

A empresa _____, sediada (endereço completo), apresenta sua proposta comercial para o objeto especificado, de acordo com as condições estabelecidas no edital do Pregão em epígrafe:

LOTE 01						
Item	Código	Descrição	Quant. /Unid.	Marca / Modelo	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,48x1,20 metros cor cinzaDVS	2 SV		R\$	R\$
02	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,00x1,10 metros cor cinzaDVS	1 SV		R\$	R\$
03	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,36x1,25 metros cor cinzaDVS	4 SV		R\$	R\$
04	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20 metros cor cinzaDVS	2 SV		R\$	R\$
05	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,45 metros cor cinzaDVS	6 SV		R\$	R\$
06	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,25 metros cor cinzaDVS	2 SV		R\$	R\$
07	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,35 metros cor cinzaDVS	2 SV		R\$	R\$
08	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,46x1,50 metros cor cinzaDVS	2 SV		R\$	R\$
09	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,45x1,20 metros cor cinza DVS	2 SV		R\$	R\$
10	25321	Confecção e instalação de persiana	5 SV		R\$	R\$

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, EDINALDO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-59CE> e informe o código 6A60-22B3-2BC0-59CE



		horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,40x1,35 metros cor cinzaDVS				
11	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x1,35 metros cor cinzaDVS	1 SV		R\$	R\$
12	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1.40x1,30 metros cor cinzaDVS	1 SV		R\$	R\$
13	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0.40x1,30 metros cor cinzaDVS	1 SV		R\$	R\$
14	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,47x1,45 metros cor cinzaDVS	4 SV		R\$	R\$
15	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,40 metros cor cinzaDVS	1 SV		R\$	R\$
16	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,30x1,40 metros cor cinzaDVS	2 SV		R\$	R\$
17	25321	Confecção e instalação de persiana vertical PVC com galeria med. 2,20x1,20 metros cor cinza DVS	1 SV		R\$	R\$
18	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,45x1,65 metros corcinza DVS	3 SV		R\$	R\$
19	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO com galeria med. 2,89x1,89 metros corcinza DVS	2 SV		R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 01: R\$						

LOTE 02						
Item	Código	Descrição	Quant. /Unid.	Marca / Modelo	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,80x1,20 metros cor cinzaUPA	16 SV		R\$	R\$
02	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x0,80 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
03	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,80x0,80 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
04	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,75x1,20 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
05	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med.	1 SV		R\$	R\$



		1,90x1,20 metros cor cinzaUPA				
06	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,30x1,20 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
07	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,05x1,20 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
08	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,10x1,20 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
09	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,20 metros cor cinzaUPA	5 SV		R\$	R\$
10	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,00x1,20 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
11	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,10x1,20 metros cor cinzaUPA	2 SV		R\$	R\$
12	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,80x1,20 metros cor cinzaUPA	3 SV		R\$	R\$
13	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,50x1,20 metros cor cinzaUPA	2 SV		R\$	R\$
14	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 2,20x1,20 metros cor cinzaUPA	3 SV		R\$	R\$
15	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 3,80x1,20 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
16	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,02x1,20 metros cor cinzaUPA	1 SV		R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 02: R\$						

LOTE 03						
Item	Código	Descrição	Quant. /Unid.	Marca / Modelo	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,85x0,59 metros cor cinza UPAMI	6 SV		R\$	R\$
02	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 1,50x1,00 metros cor cinza UPAMI	1 SV		R\$	R\$
03	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med.	21 SV		R\$	R\$

Assinado por 3 pessoas: JOAO GABRIEL VIEIRA, EDINALDO ROSENDO DA SILVA e MARCELO SILVA SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-59CE> e informe o código 6A60-22B3-2BC0-59CE



		1,20x1,20 metros cor cinza UPAMI				
04	25321	Confecção e instalação de persiana horizontal ALUMÍNIO 25mm med. 0,60x1,00 metros cor cinza UPAMI	4 SV		R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 03: R\$						

Informar: Banco nº, Agência nº, nome da Agência, Nº conta corrente e DV.

Prazo de validade da proposta/lance: 03 (três) meses, contados da data da última proposta/lance ofertado pela licitante.

OBS: Os preços devem ser apresentados com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, e com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

() Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
2. A assinatura do fornecedor implica a sua total aceitação das regras deste processo licitatório.

Pela **LICITANTE:**

Nome por extenso do Representante Legal da **LICITANTE:** _____

Número do RG do(a) Representante Legal da **LICITANTE:** _____

Número do CPF/ME do(a) Representante Legal da **LICITANTE:** _____

Valinhos/SP, XX de XXXXX de 2024.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

CPF/Cargo



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE/ VISTORIA TÉCNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16.341/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 139/2024

INTERESSADO: Secretaria de Saúde

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção e instalação de persianas, em departamentos da Secretaria de Saúde.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote

Declaramos, em atendimento ao disposto no Edital, que:

1. Assinalar a opção:

() Atestamos, para fim de participar no presente certame, que o Sr.(a.) _____, portador(a.) do RG nº _____, funcionário/representante da empresa _____, visitou e tomou conhecimento de todas as informações e condições dos locais de execução dos serviços objeto da Pregão Eletrônico nº 139/2024.

OU

() Declaramos que a empresa _____ não efetuou a visita técnica nos locais dos serviços, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas e por eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais dos serviços objeto da presente licitação.

Valinhos/SP, XX de XXXXX de 202X.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

CPF/Cargo



ANEXO V – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16.341/2024

INTERESSADO: Secretaria de Saúde

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção e instalação de persianas, em departamentos da Secretaria de Saúde.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 139/2024

CONTRATANTE: Município de Valinhos

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ____/20__

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo Contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no art. 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da Contratada manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Valinhos, xxx de xxxxxxxxxxxx de 2024.



**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE
RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: **LUCIMARA ROSSI DE GODOY**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo CONTRATANTE:

Nome: **LUCIMARA ROSSI DE GODOY**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF:

Assinatura: _____

Nome: **MARCELO SILVA SOUZA**

Cargo: Secretário de Licitações

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

Nota: *Redação deste Anexo dada pela Resolução nº 11/2021. O Núcleo de Formalização de Ajustes da PGM deve formalizar o Termo de Ciência e de Notificação de acordo com a norma do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vigente no momento da celebração do ajuste, independentemente do Modelo contido neste Anexo.*



ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16.341/2024

INTERESSADO: Secretaria de Saúde

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção e instalação de persianas, em departamentos da Secretaria de Saúde.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 139/2024

Pela presente **INSTRUMENTO DE CONTRATO**, que entre si celebram, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.787.678/0001-02, com sede na Rua Antônio Carlos, nº 301, Centro, na cidade de Valinhos/SP, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **LUCIMARA ROSSI DE GODOY**, devidamente assistida pelo Secretário de Licitações, **MARCELO SILVA SOUZA**, pelo Secretário de Saúde, **JOÃO GABRIEL VIEIRA** e pelo Diretor do Departamento de Manutenção, **EDINALDO ROSENDO DA SILVA**, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, e do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato, representada pelo(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº XX.XXX.XXX-X XXX/XX e inscrito(a) no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado(a) na cidade de XXXXXXXXXXXX – XX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si certo e avençado, em conformidade com os elementos e despachos constantes do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.341/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2024** – mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e se outorgam, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente a contratação de empresa especializada para confecção e instalação de persianas para diversos departamentos da Secretaria da Saúde, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para execução do serviço, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do **Termo de Referência – Anexo I**, e nas condições estabelecidas neste instrumento.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O contrato vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

2.1.1. É cabível prorrogação, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 11.944/2024 e respectivas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

5.1. Pelo objeto deste contrato, fará jus a **CONTRATADA** ao recebimento dos preços abaixo discriminados: **(copiar proposta vencedora)**.

5.2. As partes atribuem a este contrato, para efeito de direito, o valor de R\$ _____ (_____).

5.3. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Mediante fornecimento de bens e serviços, a **CONTRATADA** apresentará a Notas Fiscais/Recibos correspondentes, constando a quantidade, preço unitário, preço total, nº do empenho, nº da ordem



de fornecimento, nº do processo, nº do pregão e dados bancários do fornecedor ao servidor responsável por receber o objeto para regular conferência e atesto, para aprová-la ou rejeitá-la.

6.1.1. Para fins de pagamento, o envio das Notas Fiscais/Recibos pelos fornecedores também deverá ser efetuado através do link: <https://valinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=14727> e redirecionado para a **Secretaria Solicitante**.

6.2. A Nota Fiscal/Recibo não aprovada será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação.

6.2.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa será liberada no prazo previsto para pagamento.

6.3. A devolução da Nota Fiscal/Recibo não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda o fornecimento/serviço.

6.4. A **PREFEITURA** efetuará o pagamento no prazo estipulado no **Anexo I**, contado da data do aceite da Nota Fiscal/Recibo.

6.5. Em ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, aplicar-se a o índice do IPCA/IBGE, "pro rata die", a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

6.5.1. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido á **CONTRATADA**, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO, DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1. Os valores contratados serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir apresentação da proposta, mediante a aplicação, pela **PREFEITURA**, do índice o IPCA/IBGE, calculado pelo IGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro que venha a substituí-lo.



7.2. A apreciação de eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato dependerá de comprovação, pela **CONTRATADA**:

7.2.1. de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos comprobatórios, tais como notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas; ou

7.2.2. após a data da apresentação da proposta, de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

7.3. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pela **PREFEITURA**, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos fornecimentos realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

7.4. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a **CONTRATADA** não poderá suspender os fornecimentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

7.5. A **PREFEITURA**, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos fornecimentos realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

7.6. Na hipótese de revisão de preços a favor da Municipalidade, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do contrato.

7.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos da Cláusula Segunda – Do Prazo.



7.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

7.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do protocolo do pedido de revisão devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA – DO SERVIÇO/OBJETO

8.1. Na prestação do serviço/objeto deste contrato serão observadas as condições previstas no edital e em seus anexos, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas a serem realizadas com a execução do objeto derivado desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária classificada sob nº 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente, 10.304.0301.2.258 Gestão dos Serviços de Saúde – Vigilância e nº 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente, 10.302.0301.2.256 Gestão dos Serviços de Saúde – Assist.

9.2. Vínculo nº 91.320.0000 – Taxas/Vig. Sanitária e nº 95.310.0000 Saúde – Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO E SUBSTITUIÇÃO

10.1. A garantia do objeto e as condições de substituição, quando necessárias, estão dispostas no **Anexo I**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

11.1.1. arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

11.1.2. manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

11.1.3. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;



11.1.4. manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.5. não permitir a participação na execução de contrato, direta ou indiretamente, de pessoa física ou jurídica, que figure em qualquer das hipóteses previstas no subitem 5.2 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA

12.1. A **PREFEITURA** obriga-se a:

12.1.1. fornecer à **CONTRATADA** as Ordens de Fornecimento, que serão emitidas pelo órgão gestor que figura como interessado no preâmbulo do contrato;

12.1.2. prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários para a execução do fornecimento/serviço;

12.1.3. explicitamente emitir decisão, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.4. efetuar os pagamentos devidos;

12.1.5. observar as vedações à Administração ou a seus agentes, no sentido de:

- indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa **CONTRATADA**;
- demandar a funcionário de empresa **CONTRATADA** a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- intervenção indevida da Administração na gestão interna da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES RELACIONADA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)



13.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

13.2. A **CONTRATADA** deverá exigir de subcontratadas, quando permitida a subcontratação, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.3. É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.4. A **PREFEITURA** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.5. A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pela **PREFEITURA**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.6. Este contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Serão aplicadas à **CONTRATADA** responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

14.1.1. advertência, aplicável à **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.1.2. multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso injustificado em realizar o fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ocorrer a não



aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, ocasião em que poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções;

14.1.3. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

14.1.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.3.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.3.5. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

14.1.3.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.3.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a contratos:

- a) fraudar contrato;
 - b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
 - c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- ou



d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.1.4. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Valinhos, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

14.1.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.4.2. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

14.1.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

14.1.5.2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.5.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a contratos:

a) fraudar contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.1.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.1.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.1.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.1.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.1.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4. É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.4.2. pagamento da multa;



14.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem 15.4.

14.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, adicionalmente ao subitem 15.4, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

14.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

14.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

14.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



14.10.1. O recurso de que trata o subitem 15.10 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. A **PREFEITURA**, por meio do órgão gestor que figura como interessado no preâmbulo do edital, efetuará a fiscalização e gestão do fornecimento a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar a **PREFEITURA** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final de sua execução.

15.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

15.3. A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **PREFEITURA**.

15.4. Demais condições do modelo de fiscalização e de gestão do contrato constam do Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

16.1. Constituem motivos para a extinção do contrato as situações referidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



16.3. A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, consensual, ou por decisão arbitral ou judicial, de acordo com o art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, poderá acarretar a **PREFEITURA**, sem prejuízo das sanções cabíveis, as consequências elencadas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a **PREFEITURA** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724/2012.

17.2. A **PREFEITURA** deve manter disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os documentos elaborados na fase preparatória da licitação que deu origem a este contrato, que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

18.1. A **CONTRATADA** deve manter a regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos empregados envolvidos na execução da avença, devendo manter atualizadas, durante toda a vigência contratual, as Certidões de Regularidade para com o INSS (CND), o FGTS (CRF) e a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

18.2. A constatação de irregularidade parcial ou total acerca do cumprimento desses encargos caracteriza inadimplemento contratual, dispondo a **PREFEITURA** da prerrogativa de reter o pagamento dos valores devidos, até a regularização da situação.

18.3. O inadimplemento da **CONTRATADA** relativo a débitos trabalhistas e previdenciários constitui



motivo para a extinção unilateral do contrato e aplicação das sanções administrativas devidas, considerando a gravidade das infrações cometidas (art. 137 c/c art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos).

18.4. Na hipótese de extinção contratual, caberá a **PREFEITURA** reter o pagamento das parcelas contratuais eventualmente devidas e da garantia contratual, podendo, com essa retenção, proceder ao abatimento de eventual multa e ao depósito em juízo. Não serão aceitos instrumentos de garantia que contenham cláusulas excepcionando sua aplicação nessas situações.

18.5. A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

19.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO COMPETENTE

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Valinhos/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Valinhos, ____ de _____ de 2024.

Pela **PREFEITURA:**

LUCIMARA ROSSI DE GODOY

Prefeita Municipal

MARCELO SILVA SOUZA

Secretário de Licitações



JOÃO GABRIEL VIEIRA

Secretário de Saúde

EDINALDO ROSENDO DA SILVA

Diretor do Departamento de Manutenção



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6A60-22B3-2BC0-59CE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOAO GABRIEL VIEIRA (CPF 339.XXX.XXX-37) em 07/11/2024 11:01:47 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EDINALDO ROSENDO DA SILVA (CPF 182.XXX.XXX-62) em 07/11/2024 11:15:19 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCELO SILVA SOUZA (CPF 290.XXX.XXX-03) em 07/11/2024 16:24:08 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/6A60-22B3-2BC0-59CE>